

política



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Semana com muitos temas polêmicos

Deputados e senadores começam a semana com muitos temas polêmicos para serem debatidos, com cobranças, não só da oposição, mas também da base aliada do governo, entre eles: fraude no INSS, aumento do número de deputados, votação da anistia, enchentes, jornada de trabalho. O deputado federal gaúcho Maurício Marcon (Podemos, foto) vem cobrando do presidente da Câmara as prioridades prometidas, e as pendências, entre elas, segurança e educação. Ele sintetiza grande parte do sentimento de lamúria de deputados de diferentes partidos.



BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

População contra mais deputados

O parlamentar gaúcho reclama que, nas últimas semanas o Parlamento votou o aumento de vagas de cargos para o Supremo Tribunal Federal, o dia que não é dos direitos humanos é de quem ajuda os direitos humanos, pois o dia dos direitos humanos já existe. “Agora o plenário da Câmara votou uma medida que eu garanto que 100% da população brasileira é contrária, que é o aumento do número de deputados. Já tem demais”, criticou o parlamentar.

Fingir que vale alguma coisa

“Vamos aumentar o número de deputados para quê? Fingir que isso aqui vale alguma coisa? A realidade do que nós temos visto é que tudo que nós votamos aqui e discutimos, muitas vezes, se é relevante e aprovado, algum parlamentar da extrema esquerda entra no Supremo Tribunal Federal e consegue uma liminar para derrubar”, argumenta.

Devolver prerrogativas do Parlamento

Na opinião de Maurício Marcon, “antes de pensar em aumentar o número de deputados, nós temos que devolver as prerrogativas deste Parlamento, que é legislar, ou seja, tem assinatura para a anistia? Vamos botar para votar. Tem assinatura para a CPI? Vamos votar. Chega de fingir que a gente manda alguma coisa”, disparou o congressista.

Poderes usurpados

“Nossos poderes foram usurpados pelo Executivo e pelo Judiciário. O meu Estado perde duas vagas, que perdesse 15, que diminuisse o número de deputados, e que esse dinheiro fosse aplicado para a segurança, saúde e educação”, apontou Maurício Marcon. Em seu protesto, no plenário, o parlamentar disse ainda: “A gente nem pode trabalhar, a maioria assinou um projeto que era da anistia. O que foi feito? Enterrado. Já há o número suficiente agora para a gente abrir a CPI do roubo dos aposentados. O que está sendo feito? Foi dito que não pode abrir porque há 11 CPIs na frente. Perguntem ao presidente Hugo Motta (Republicanos-PB), quando nós abriremos as cinco primeiras então? Se há 11 CPIs, há 11 na fila, vamos começar a abrir CPI para investigar”, acentuou o deputado federal do Podemos.

Interferências do STF e do governo

Em sua indignação com a morosidade da tomada de soluções na Câmara dos Deputados, Maurício Marcon alertou dizendo: “a nossa prerrogativa de parlamentar é legislar e fiscalizar o Executivo. Há, por exemplo, uma CPI na fila, do nosso colega (deputado federal gaúcho) Marcel van Hattem (Novo), que é para investigar os abusos de autoridade. Nós, nesta casa, não podemos aprovar o projeto porque o Supremo não quer, não podemos abrir CPI porque o Executivo Lula não quer”, lamenta o parlamentar.

Hassen prevê para 2026

Entrevista Especial

Gabriel Margonar
gabrielm@jcrs.com.br

Um ano após a tragédia climática que devastou o Rio Grande do Sul em maio de 2024, o Estado segue em processo de recuperação, com avanços significativos, mas também desafios persistentes. Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, o secretário de Apoio à Reconstrução do governo federal, Maneco Hassen, compartilhou dados sobre as ações em andamento, como a entrega de 1.620 casas e o investimento total de R\$ 112 bilhões pela União.

A expectativa de conclusão das principais entregas é até o final da gestão do Executivo, em dezembro de 2026. Ele enfatiza a colaboração entre os governos federal, estadual e municipais, embora reconheça que a escassez de moradias ainda seja um dos maiores obstáculos.

No contexto do programa Minha Casa Minha Vida Calamidade, Hassen atualiza o cronograma das obras, com a primeira entrega prevista para dezembro, em Venâncio Aires. Além disso, o secretário cobra do Estado a execução de projetos de infraestrutura na Região Metropolitana de Porto Alegre, com destaque para as obras de proteção contra cheias, onde estão reservados investimentos de R\$ 6,5 bilhões. Apesar das dificuldades, ressalta que a retomada só tem sido possível graças à ajuda da União e ao empenho das equipes locais.

Jornal do Comércio - Passado um ano da tragédia, qual é a sua avaliação sobre a reconstrução no Estado?

Maneco Hassen - Primeiro, é importante destacar que conseguimos avançar, e bastante, o que é comprovado pelos números da economia do RS no ano passado: o Estado teve um crescimento acima da média nacional, gerou mais empregos do que os demais e arrecadou, no primeiro semestre, mais do que o previsto inicialmente. E não temos dúvidas de que os R\$ 112 bilhões investidos pelo governo federal foram fundamentais para viabilizar essa recuperação econômica, até porque 94% de todo o recurso público aplicado na reconstrução do Estado é de origem da União. Esse volume de recursos se traduziu em ações concretas, 430 mil famílias receberam o Pix de R\$ 5,1 mil, 66 mil empresas

acessaram algum programa federal de apoio à reconstrução e 1,4 mil planos de trabalho foram firmados com os municípios, com envio direto de verbas para as cidades atingidas. Além disso, somam-se a esses valores os R\$ 14 bilhões do fundo que o governador Eduardo Leite tem distribuído em ações por todo o RS, também com recursos federais, e os R\$ 6,5 bilhões destinados à reconstrução do sistema de proteção da Região Metropolitana. Ou seja, fizemos um volume expressivo de investimentos que ajudaram a impulsionar a recuperação do Estado.

JC - Habitação tem sido uma área muito sensível nesse processo. O que já foi entregue e o que ainda está por vir?

Hassen - Sem dúvidas, a habitação é um dos temas que mais tem nos demandado dificuldades durante a reconstrução. Hoje, já temos 1.620 casas entregues para famílias que, inclusive, estão morando nessas suas novas residências. Além disso, já autorizamos a construção de 10 mil moradias em diversos municípios, o que representa um passo importante, mas ainda insuficiente diante do tamanho do desafio que temos pela frente, até porque a nossa estimativa é que a demanda total ultrapasse 20 mil moradias. Por isso, seguimos num esforço permanente - seja por meio do Compra Assistida, seja pela liberação de novos empreendimentos - com o compromisso de garantir que cada família que tenha direito receba, de fato, a chave do seu novo lar.

JC - Como está o andamento das obras do Minha Casa Minha Vida Calamidade? A primeira entrega tem previsão?

Hassen - Já temos obras em andamento em vários municípios, como Canoas, Porto Alegre, Estrela, Encantado e Venâncio Aires. Em

outras cidades, os contratos já foram assinados e agora aguardamos questões técnicas como liberação de luz, água e infraestrutura básica para que as construções também possam ser iniciadas. A nossa expectativa é entregar a primeira dessas moradias ainda no final do ano, em Venâncio Aires, que é o empreendimento mais adiantado até agora. Mas é importante destacar novamente que, paralelamente a essas construções, continuamos entregando casas todos os dias por meio do programa Compra Assistida, que inclui imóveis usados, e tem sido uma alternativa rápida e eficaz para atender parte significativa da demanda habitacional.

JC - Além das moradias, que outras entregas concretas já foram feitas com recursos federais?

Hassen - Destaco desde o auxílio reconstrução para 430 mil famílias e o apoio a 66 mil empresas até a aplicação de R\$ 1,2 bilhão nas rodovias federais, que foram recompostas rapidamente, com os acessos restabelecidos logo após a tragédia. Ainda há obras em andamento, especialmente na Serra Gaúcha. Também tivemos entregas relevantes como a reabertura do Aeroporto de Porto Alegre, realizada em tempo recorde, e a recuperação do metrô - tudo isso com recursos e ações da União. Além disso, houve o envio direto de verbas tanto para os municípios quanto para o Estado. O fundo de R\$ 14 bilhões que comentei anteriormente, por exemplo, está sendo utilizado pelo governador em diversos convênios firmados com prefeituras e no anúncio de uma série de iniciativas, mas conta com financiamento federal.

JC - E quais são os projetos mais importantes que devem sair do papel ainda neste ano?

Hassen - Sem dúvida o projeto mais estratégico que precisa sair do



“Esses processos servem como um modelo a ser replicado em outras situações no País”